

Ajustamento externo agrada Banco Central

O Banco Central considera que "a execução do programa de ajustamento externo em 1984 vem apresentando resultado bastante satisfatório, traduzido não só pelo desempenho da balança comercial, mas também pelas demais variáveis ligadas ao setor externo". Na parte interna, entre os técnicos do Banco Central, prevalece o pessimismo diante da ineficácia da política monetária, o que contribui para a nova tendência de alta da inflação, com perspectiva de taxa de 10% para este mês.

O superávit de cerca de US\$ 5,7 bilhões na balança comercial do primeiro semestre abriu perspectiva para o Brasil fechar o ano com saldo positivo de US\$ 10,5 bilhões ou até mais na conta de comércio. Como as quatro elevações da prime — juros cobrados pelos bancos norte-americanos de seus clientes preferenciais — exerceu impacto de US\$ 350 milhões este ano, o Banco Central entende que os ganhos acima do previsto na balança comercial cobrirão com folga o ônus maior na conta de serviços.

Após enviar, em março, a quinta carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil sacou US\$ 1,04 bilhão do Fundo e US\$ 3,72 bilhões líquidos do jumbo de US\$ 6,5 bilhões contratado em fevereiro último junto aos bancos privados. Assim, o Brasil eliminou os atrasados de US\$ 2,34 bilhões, existentes em dezembro de 1983, e, de acordo com as projeções do Banco Central, fechou o primeiro semestre deste ano com posição líquida de caixa de US\$ 3,28 bilhões.

Apesar do desvio na expansão da base monetária — emissão primária de moeda — e do déficit público nominal já confirmado, nos seis primeiros meses do ano, com possível excesso também no déficit público operacional, ao final de setembro, a posição mais flexível do FMI e dos banqueiros, depois da atitude argentina, deve garantir o fluxo normal dos recursos externos até dezembro. Nesta hipótese, a posição de caixa da autoridade monetária subirá para US\$ 4,98 bilhões e as reservas cambiais passarão de US\$ 4,56 bilhões, em dezembro

de 1983, para US\$ 8,96 bilhões, ao final deste ano.

A crescente benevolência dos credores externos viabiliza o balanço de pagamentos, mas não resolve a questão inflacionária. Para complicar, já existe o consenso de que o País não pode continuar com a economia em recessão. O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, ressalta que, internamente, o Governo precisa controlar a inflação para recuperar o poder aquisitivo dos salários e, externamente, renegociar a dívida externa com a criação de espaço para a reativação da economia.

A reativação da economia, porém, exige mudanças estruturais no programa de ajuste acertado com o FMI. O Brasil não pode aceitar a imposição de grandes saltos no superávit comercial para abrir as importações. Também precisa conter a voracidade fiscal, reduzir a participação estatal na captação da poupança e ampliar a oferta monetária a níveis mais compatíveis com a realidade inflacionária, além de, entre outras medidas, rever a política salarial.